

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do Governo Central em setembro de 2022

De acordo com dados da execução orçamentária registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), obtidos através do Tesouro Gerencial, que fornecem boa aproximação aos dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ o mês de setembro de 2022 apresentou um superávit primário de R\$ 11,9 bilhões nas contas do Governo Central. Como mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 147,5 bilhões nesse mês, tendo crescido, em termos reais, 7,1% quando comparada com o mesmo mês do ano anterior, ao passo que a despesa totalizou R\$ 135,6 bilhões, redução de cerca de 1,1% na mesma base de comparação. Assim, o resultado primário de setembro foi significativamente superior ao observado no mesmo mês de 2021, quando se registrou, em termos reais, um superávit de R\$ 632 milhões. O resultado de setembro de 2022 foi fortemente impactado pelo recebimento de dividendos da Petrobras no valor de R\$ 12,6 bilhões. No acumulado do ano até setembro, o superávit primário está em R\$ 36,2 bilhões, contra um déficit de R\$ 88,5 bilhões em igual período de 2021.

Em setembro de 2022, quando comparadas ao mesmo mês do ano anterior, as receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) apresentaram uma redução de 1,1%, a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) cresceu 3,2%, as receitas não administradas aumentaram 86,8% e as transferências legais e constitucionais a entes subnacionais elevaram-se em 18,9%, sempre em termos reais. Com isso, a receita líquida de transferências subiu 7,1%. No acumulado do ano até setembro, a receita total registrou uma variação real de 13,8%, fortemente impactada pelas receitas não administradas pela RFB, que avançaram 52%, conforme mostra a tabela 1.

Os dados indicam que a despesa total de setembro de 2022, relativamente ao mesmo mês do ano passado, caiu 1,1% em termos reais. Essa queda é explicada, em grande medida, pelas reduções nas despesas com pessoal no valor de R\$ 1,3 bilhão (-4,8%) e com outras despesas obrigatórias no valor de R\$ 6,1 bilhões (-21,5%). No acumulado até setembro, a despesa total cresceu 2,2%, em relação

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 13 de outubro de 2022.

1. Conforme destacado em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/07/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-junho-de-2022/>>.

ao mesmo período do ano passado, com destaque para a expansão de despesas com a previdência, no valor de R\$ 7,7 bilhões (1,3%), e com despesas sujeitas à programação financeira, no valor de R\$ 85,1 bilhões (44,5%). O aumento nessas despesas foi parcialmente compensado pelas reduções nas despesas com pessoal em R\$ 19,5 bilhões (-7,3%) e nas outras despesas obrigatórias em R\$ 44 bilhões (-16,5%), na mesma base de comparação.

TABELA 1

Governo central – resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de set./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-setembro (preços constantes, R\$ milhões de set./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de set./2022)		Taxa de variação (%)
	Set./2021	Set./2022		2021	2022		Até Set./2021	Até Set./2022	
1.1 - Receita Administrada pela RFB	103.788	102.639	-1,1	960.240	1.040.349	8,3	1.276.850	1.387.211	8,6
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-95	-52	-45,0	-95	-130	36,8
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	42.331	43.675	3,2	354.881	378.286	6,6	515.014	526.976	2,3
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	16.578	30.965	86,8	205.100	311.716	52,0	255.637	405.927	58,8
2. Transf. Por Repartição de Receita	25.072	29.819	18,9	279.840	335.929	20,0	368.713	442.093	19,9
3. Receita Líquida (1-2)	137.625	147.461	7,1	1.240.286	1.394.370	12,4	1.678.693	1.877.891	11,9
4. Despesa Total	136.993	135.551	-1,1	1.328.743	1.358.149	2,2	1.842.912	1.792.736	-2,7
4.1 Benefícios Previdenciários	58.274	61.723	5,9	604.520	612.220	1,3	783.855	784.233	0,0
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.810	25.518	-4,8	266.490	247.037	-7,3	368.317	340.295	-7,6
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	28.509	22.371	-21,5	266.448	222.464	-16,5	409.895	291.084	-29,0
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	23.400	25.940	10,9	191.285	276.428	44,5	280.845	377.123	34,3
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	632	11.909	1783,2	-88.456	36.221	-140,9	-164.218	85.155	-151,9

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 apresenta um detalhamento adicional da arrecadação. No que se refere às receitas administradas pela RFB, o mês de setembro apresentou uma queda real de arrecadação de R\$ 1,1 bilhão (-1,1%) em relação ao mesmo período do ano passado, impactada pela redução nas receitas com Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e outras receitas administradas pela RFB – que, no agregado, diminuíram em R\$ 5,1 bilhões (-9,8%). A retração nessas receitas foi superior ao crescimento interanual da arrecadação com Imposto de Renda, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que atingiu R\$ 3,9 bilhões (7,6%) em termos reais. Na abertura das receitas não administradas pela RFB, cabe destacar o recebimento de R\$ 13,6 bilhões com dividendos e participações (dos quais R\$ 12,6 bilhões são referentes ao pagamento de dividendos pela Petrobras) e de R\$ 6,4 bilhões com a exploração de recursos naturais. Os dados acumulados em 2022 mostram significativo aumento da arrecadação das receitas não administradas em relação ao ano passado, com as receitas de dividendos e participações somando R\$ 78,7 bilhões, contra R\$ 24 bilhões em 2021, as de concessões e permissões acumulando R\$ 42,4 bilhões, ante R\$ 3,8 bilhões em 2021, e as receitas de exploração de recursos naturais totalizando R\$ 99,2 bilhões no acumulado até setembro, ante R\$ 73,2 bilhões em 2021. Vale mencionar também que o crescimento real na arrecadação agregada de Imposto de Renda, IOF e CSLL supera o montante de R\$ 115,5 bilhões no acumulado do ano, registrando elevação de 21,2% relativamente a 2021.

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de set./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-setembro (preços constantes, R\$ milhões de set./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de set./2022)		Taxa de variação (%)
	Set./2021	Set./2022		2021	2022		Até Set./2021	Até Set./2022	
1-Receita Total	162.697	177.279	9,0	1.520.126	1.730.299	13,8	2.047.407	2.319.984	13,3
1.1 - Receita Administrada pela RFB	103.788	102.639	-1,1	960.240	1.040.349	8,3	1.276.850	1.387.211	8,6
1.1.01 Imposto de Importação	5.687	5.335	-6,2	50.708	44.138	-13,0	67.108	61.188	-8,8
1.1.02 IPI	6.983	5.421	-22,4	57.936	46.037	-20,5	80.410	65.986	-17,9
1.1.03 Imposto de Renda	39.437	42.430	7,6	414.301	492.118	18,8	542.897	645.061	18,8
1.1.04 IOF	4.614	5.059	9,6	37.114	43.973	18,5	42.030	60.290	43,4
1.1.05 Cofins	27.225	25.822	-5,2	221.173	206.228	-6,8	307.116	284.903	-7,2
1.1.06 PIS/Pasep	7.567	6.973	-7,8	61.658	60.474	-1,9	85.502	81.944	-4,2
1.1.07 CSLL	7.705	8.204	6,5	93.680	124.531	32,9	119.135	156.424	31,3
1.1.09 CIDE Combustíveis	299	1	-99,6	1.331	1.669	25,4	1.705	2.421	42,0
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	4.271	3.394	-20,5	22.338	21.181	-5,2	30.947	28.995	-6,3
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-95	-52	-45,0	-95	-130	36,8
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	42.331	43.675	3,2	354.881	378.286	6,6	515.014	526.976	2,3
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	16.578	30.965	86,8	205.100	311.716	52,0	255.637	405.927	58,8
1.4.1 Concessões e Permissões	643	572	-11,1	3.798	42.413	1016,7	4.849	49.163	913,9
1.4.2 Dividendos e Participações	284	13.582	4687,5	24.046	78.744	227,5	25.837	101.403	292,5
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.499	1.455	-3,0	13.793	12.070	-12,5	20.227	17.842	-11,8
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	5.245	6.360	21,2	73.227	99.152	35,4	91.073	128.691	41,3
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.528	1.318	-13,8	13.322	15.362	15,3	17.479	20.226	15,7
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.022	2.178	7,7	18.277	19.129	4,7	25.580	27.028	5,7
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	5	33	607,5
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	5.357	5.501	2,7	58.637	44.846	-23,5	70.589	61.540	-12,8
2. Transf. Por Repartição de Receita	25.072	29.819	18,9	279.840	335.929	20,0	368.713	442.093	19,9
3. Receita Líquida (1-2)	137.625	147.461	7,1	1.240.286	1.394.370	12,4	1.678.693	1.877.891	11,9

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Por seu turno, as despesas são detalhadas na tabela 3. Ao desagregar as outras despesas obrigatórias, fica evidente o impacto dos créditos extraordinários na comparação entre 2022 e 2021: essa rubrica registrou redução real de R\$ 7,8 bilhões (-55,3%) no resultado de setembro de 2022 em relação ao mesmo período de 2021 e, no acumulado do ano, caiu R\$ 77,5 bilhões (-73,5%). Em contrapartida, algumas despesas aumentaram em relação ao ano passado, como o pagamento de abono e seguro-desemprego, com crescimento de 31,1% no acumulado de 2022, quando comparado ao mesmo período de 2021 (influenciado pelo ajuste no calendário do abono salarial adotado em 2021); as despesas com complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com alta de 46,4%; a despesa com subsídios, subvenções e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que cresceu 145,4%; e a despesa obrigatória sujeita à programação financeira, com aumento de 44,5%, fortemente impactada pelo Programa Auxílio Brasil em 2022, que elevou o valor do benefício médio e a população coberta em relação ao programa de transferência de renda anterior. Por fim, é importante destacar que as despesas obrigatórias, inclusive aquelas com controle de fluxo – ou seja, as despesas totais exclusive as despesas discricionárias –, registraram uma redução no acumulado até setembro de R\$ 7,2 bilhões (-0,6%) em comparação com o mesmo período de 2021.

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de set./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-setembro (preços constantes, R\$ milhões de set./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de set./2022)		Taxa de variação (%)
	Set./2021	Set./2022		2021	2022		Até Set./2021	Até Set./2022	
4. Despesa Total	136.993	135.551	-1,1	1.328.743	1.358.149	2,2	1.842.912	1.792.736	-2,7
4.1 Benefícios Previdenciários	58.274	61.723	5,9	604.520	612.220	1,3	783.855	784.233	0,0
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.810	25.518	-4,8	266.490	247.037	-7,3	368.317	340.295	-7,6
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	28.509	22.371	-21,5	266.448	222.464	-16,5	409.895	291.084	-29,0
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	3.176	2.956	-6,9	41.554	54.472	31,1	54.879	63.586	15,9
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.051	6.828	12,8	56.434	59.244	5,0	74.664	76.835	2,9
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	14.145	6.318	-55,3	105.480	27.961	-73,5	206.128	50.300	-75,6
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	615	0	-100,0	6.434	3.129	-51,4	8.668	4.676	-46,0
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2.319	2.810	21,2	16.804	24.603	46,4	19.760	31.840	61,1
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	914	1.230	34,6	8.134	9.897	21,7	12.534	13.732	9,6
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	356	332	-6,7	4.306	3.003	-30,3	7.879	4.050	-48,6
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	255	201	-21,1	19.807	15.797	-20,2	20.894	16.670	-20,2
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	-36	1.260	-3572,1	5.848	14.355	145,4	-3.392	16.694	-592,2
4.3.10 Impacto Primário do FIES	195	0	-100,0	-2.459	148	-106,0	-2.316	1.165	-150,3
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	520	435	-16,4	4.106	9.853	139,9	10.196	11.535	13,1
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	23.400	25.940	10,9	191.285	276.428	44,5	280.845	377.123	34,3
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	12.137	17.247	42,1	112.697	161.280	43,1	160.057	206.934	29,3
4.4.2 Despesas Discricionárias	11.264	8.693	-22,8	78.588	115.148	46,5	120.787	170.190	40,9
Memo:									
Despesas Obrigatórias (= 4. Despesa Total - 4.4.2 Despesas Discricionárias)	125.729	126.859	0,9	1.250.155	1.243.001	-0,6	1.722.124	1.622.546	-5,8

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Loas/RMV – Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia; PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor)
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Diretor Adjunto)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos (Editor)
Fábio Servo
José Ronaldo de Castro Souza Júnior
Leonardo Mello de Carvalho
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Sandro Sacchet de Carvalho

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter
Andreza Aparecida Palma
Antônio Carlos Simões Florido
Cristiano da Costa Silva
Felipe Moraes Cornelio
Paulo Mansur Levy
Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão
Caio Rodrigues Gomes Leite
Diego Ferreira
Diego Rosalino Marques
Felipe dos Santos Martins
Izabel Nolau de Souza
Marcelo Lima de Moraes
Pedro Mendes Garcia
Rafael Pastre
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
